

SINAL-SP INFORMA

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014 - nº 11



NESTA EDIÇÃO

- Resultado da assembleia regional de 19/2/14
- Saiu na Imprensa

RESULTADO DA ASSEMBLEIA DE 19/2/14

“Jogando juntos, a gente conquista...”!

A assembleia em São Paulo, realizada na quarta-feira, 19/2/14, contou com a assinatura de 89 servidores na lista de presença, entre os quais, alguns aposentados.

Aparecido Sales, presidente do SINAL-SP, após a leitura do edital de convocação, comentou sobre duas reuniões ocorridas no dia 18/2/14, noticiadas pela Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil – Anfip (reproduzidas abaixo, no quadro SAIU NA IMPRENSA).

A primeira delas, com o deputado João Dado (SDD-SP), tratou das PECs [443/2009](#) e [147/2012](#), assunto também de interesse da nossa categoria. A segunda, com Sérgio Mendonça, secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, discutiu a pauta de reivindicações das entidades que compõem o grupo Fisco por melhores condições de trabalho e salário. A destacar, nesta última, pelo posicionamento do Secretário, o que provavelmente dirá Miriam Belchior, ministra do Planejamento, na reunião que pretende realizar proximamente com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fórum das 32), a saber: nenhuma possibilidade de antecipação da parcela de 5% referente a janeiro/2015; talvez a concessão de reajuste em auxílios como alimentação, saúde e indenização de transporte e, quanto à tabela remuneratória, a intenção do governo de *alongar* as carreiras. A dúvida que já se especula é como se daria esse possível alongamento. Seria por meio de uma nova reforma da Previdência, aumentando o tempo de contribuição? Seria por aumento do interstício, deixando o servidor por mais tempo em cada letra? Seria por meio de ambas ou pelo

aumento do número de letras, com redução do salário de ingresso? Eis um assunto sobre o qual precisamos ficar atentos, alertou Sales.

Tomando a palavra, Patrícia Alvim, diretora de Comunicação do Sinal-SP, fez um relato da reunião de que participou, juntamente com o conselheiro Natalino Sakamuta, do Fórum das Entidades dos Servidores Públicos Federais de São Paulo, realizada no Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – Sintrajud, no dia 18/2/14, antecipando um calendário de manifestações já aprovadas:

Em **19/3/14**, considerado Dia Nacional de Paralisação, o Fórum das 32 entidades realizará marcha em Brasília com a presença estimada de 5 mil pessoas, entre as quais, certamente, servidores do BC em nossa regional.

Antes disso, no dia **26/2/14**, haverá em São Paulo **ato conjunto das entidades em frente ao Tribunal Regional Federal**, localizado na esquina da Alameda Ministro Rocha Azevedo com a Avenida Paulista, onde se encontra também o prédio do Banco Central. Devido à proximidade, **espera-se a participação de servidores do BC**. Oportunamente, o Sinal-SP fará a convocação para o ato.

Na avaliação de Natalino, com eleições no Brasil de dois em dois anos, um calendário curto é algo que enfrentamos sempre. A novidade, hoje, é o fato de as entidades das diversas categorias estarem se mobilizando desde o início do ano, com a participação de muitos servidores, o que é alentador. Lembrou, a propósito, a obtenção, em 2012, do reajuste anual escalonado de 5+5+5%, por força da forte mobilização do conjunto das categorias, que venceram a resistência inicial do governo. Por isso, concluiu Natalino, a importância do calendário para a campanha unificada.

Paulo Lino, diretor Secretário do Sinal-SP, assumindo a direção da assembleia no lugar de Sales, que precisou se ausentar, discorreu sobre a reunião do Sinal com a administração do BC, em 18/2/14, segundo notícia veiculada no boletim Apito Brasil [nº 14](#), de 19/2/14.

Em sua opinião, a falta de engajamento da administração do BC na luta que se trava pelo atendimento às reivindicações dos servidores do Órgão não deve servir de motivo para ficarmos inertes. Precisamos ir em frente, sem contar com o BC, insistindo sempre que em conjunto com as demais categorias, porque isoladamente nenhum sindicato tem a força necessária, a exemplo da campanha de 2012, quando só foi possível arrancar do governo o reajuste de 5+5+5%, a princípio negado pela própria Presidência da República, após uma mobilização conjunta de todas as carreiras do serviço público federal. A mobilização, nem que for apenas para conseguirmos, no contexto atual, a antecipação dos 5% de 2015, se faz com a participação efetiva do funcionalismo solidariamente com as demais categorias de servidores públicos.

Aberta a palavra aos participantes, levantou-se questão sobre a flexibilidade da jornada de trabalho, tema ainda pendente de solução

no BC. Lino disse, a propósito, que a diretoria do banco examina a questão, mas sem comprometimento com sua implantação. Espera-se que o Executivo siga o caminho do Judiciário, que já vem atendendo a esta demanda. Ainda sobre o assunto, em outra manifestação dos participantes da assembleia, pediu-se que a procuradoria do BC faça um estudo buscando embasamento jurídico que permita a jornada reduzida ou flexível para os servidores.

Quanto às demais regionais do BC, Lino informou que a mobilização também está em seu início, mas que o clima interno no Sinal é de harmonia, com grande possibilidade de se estabelecer um calendário único para as manifestações*.

* Em Curitiba, Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo, a Campanha Negocial 2014 foi deflagrada em atos realizados, assim como a nossa assembleia, no dia 18/2/14.



SAIU NA IMPRENSA

PECs 443 e 147: ANFIP e entidades do Fisco se reúnem com deputado João Dado

18/2/14

Para dar continuidade ao trabalho pela aprovação das Propostas de Emenda à Constituição 443/2009 e 147/2012, a presidente da ANFIP, Margarida Lopes de Araújo, o vice-presidente Executivo, Vilson Antonio Romero, e demais representantes das entidades que compõem o grupo Fisco, se reuniram nesta terça-feira (18), com o deputado João Dado (SDD-SP). O encontro teve o objetivo de discutir alternativas de redação das propostas.

Conforme o texto da PEC 443, o subsídio máximo dos advogados da Advocacia-Geral da União e dos procuradores dos estados e do Distrito Federal será fixado em 90,25% do vencimento de ministro do Supremo Tribunal Federal. Uma emenda patrocinada pela ANFIP foi apresentada para incluir os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, mas o relator Mauro Benevides (PMDB-CE), em parecer apresentado em novembro, não acatou a emenda. No entanto, um pedido coletivo de vistas impediu a votação do relatório. Desta forma, a ANFIP e as demais entidades apresentaram um substitutivo para incluir a carreira.

Uma nova reunião será realizada nesta quarta-feira (19), na sede da ANFIP, em Brasília, para dar continuidade à discussão do grupo Fisco sobre o texto das PECs.

Fonte: [Anfip](#)

[[[

ANFIP e entidades representativas do Fisco e do Trabalho se reúnem com Planejamento

19/2/14

A ANFIP e as entidades representativas dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e do Trabalho (Sindifisco, Unafisco e Sinait) reuniram-se na terça-feira (18) com o secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça. As entidades entregaram ao secretário uma pauta conjunta de reivindicações por melhores condições de trabalho e salário.

Muitas das questões apresentadas a Mendonça são ainda pontos pendentes do Acordo Salarial firmado no fim de 2012, nas negociações com o governo. As entidades foram unânimes ao afirmar que a maior parte do acordo não foi cumprida. Também pediram a antecipação da parcela do reajuste salarial referente a 2015, justificada pelas perdas inflacionárias dos últimos anos.

A presidente da ANFIP, Margarida Lopes de Araújo, destacou que uma das questões mais urgentes é a defasagem no quadro de

Audidores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, que hoje opera com 50% do contingente ideal. "O quadro de Auditores-Fiscais está definhando e o serviço e as demandas aumentam. Os servidores têm se esforçado ao máximo, mas a entrada de novos Auditores é fundamental para que a fiscalização seja efetiva. Queremos saber se há previsões de novos concursos."

Dentre os temas que também foram abordados estão:

- regulamentação da indenização de fronteiras: as entidades entregaram uma listagem à SRT das localidades que merecem ser abrangidas. A ANFIP questionou se há uma previsão de quando a indenização começará a ser paga;
- reajuste da indenização de transportes e das verbas de auxílio, como alimentação e saúde;
- tratamento adequado dos efeitos funcionais das greves de 2003 e 2008;
- andamento do processo de edição da Lei Orgânica do Fisco: o texto da LOF espera parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional há seis meses;
- retomada do debate sobre a Tabela remuneratória.

Respostas

O secretário de Relações do Trabalho avaliou que não há espaço orçamentário e fiscal para a antecipação da parcela do reajuste salarial de 2015, que significaria uma despesa de cerca de R\$ 10 bilhões. Mendonça adiantou que a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, deve se reunir com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais nas próximas semanas para tratar do assunto, assim como de um possível reajuste dos auxílios pagos pelo Executivo.

Em relação ao valor da indenização de transportes, congelado desde 1999, o secretário se comprometeu a retomar a discussão do tema com a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. Quanto à indenização de fronteira, Mendonça afirmou que haverá um empenho da SRT para entender por que a regulamentação ainda não ocorreu. Sobre a Tabela Remuneratória, afirmou que o diálogo terá que ser reiniciado, mas adiantou que a intenção do governo é tornar as carreiras mais longas.

Sérgio Mendonça admitiu que a questão dos efeitos funcionais das greves não foi tratada adequadamente. "Estamos devendo uma solução para este assunto." O tema também será levado à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. A secretária adjunta da SRT, Edina Lima, complementou que é preciso resolver pendências sobre dados com a RFB para que o problema seja resolvido.

Quanto à realização de concursos, o secretário adiantou que está prevista a abertura de 47 mil vagas nos órgãos federais em 2014, mas que não sabe quantas delas serão destinadas à RFB. Também não soube informar se os concursos poderão ser afetados por um

eventual corte de gastos por parte do governo.

Uma nova reunião entre as entidades e a SRT deve ocorrer na segunda quinzena de março, ocasião em que Mendonça deverá dar mais detalhes sobre os pontos da pauta apresentada. Da secretaria, também participaram da reunião o coordenador da Mesa de Negociação, José Borges, e o assessor de Gabinete Vladimir Nepomuceno. Pela ANFIP, os vice-presidentes de Política de Classe, Jorge Cezar Costa, e de Assuntos Fiscais, Vanderley José Maçaneiro.

Fonte: [Anfip](#)

- Siga no [Twitter](#) as últimas notícias do SINAL-SP -

SINAL - Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
Av. Paulista, 1754 - 14º andar - cjs. 141/144
São Paulo SP - CEP 01310-920 / tel (11) 3159-0252
sinalsp@sinal.org.br / link para SINAL-SP: clique [AQUI](#)